



CONSELHO REGIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA – 4ª REGIÃO

EDITAL Nº 01/2013

202 – ANALISTA DE LICITAÇÃO G50

Nome do Candidato

Número de Inscrição

--	--	--	--	--	--	--	--	--	--

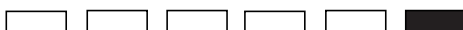
LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO

INSTRUÇÕES GERAIS

- O candidato receberá do fiscal:
 - Um Caderno de Questões contendo **70 (setenta) questões** objetivas de múltipla escolha e **01 (uma) questão discursiva (Parecer Técnico – Jurídico na área respectiva)**.
 - Uma Folha de Respostas personalizada para a Prova Objetiva.
 - Um Caderno de Respostas personalizado para a Prova Discursiva (Parecer Técnico – Jurídico na área respectiva).
- Ao ser autorizado o início da prova, verifique, no Caderno de Questões, se a numeração das questões e a paginação estão corretas e se não há falhas, manchas ou borrões. Se algum desses problemas for detectado, solicite ao fiscal outro caderno completo. Não serão aceitas reclamações posteriores.
- A totalidade das Provas terá a duração de **5 (cinco) horas**, incluindo o tempo para preenchimento da Folha de Respostas da Prova Objetiva.
- Iniciadas as Provas, nenhum candidato poderá retirar-se da sala antes de decorridas **2 (duas) horas** de prova, devendo, ao sair, entregar ao fiscal de sala, obrigatoriamente, a Folha de Respostas da Prova Objetiva e Discursiva e o Caderno de Questões.
- O candidato somente poderá levar o Caderno de Questões faltando **60 (sessenta) minutos** para o término do horário estabelecido para o fim da prova, desde que o candidato permaneça em sala até este momento, entregando suas Folhas de Respostas. A Folha de Respostas da Prova Objetiva e o texto transcrito no campo Texto Definitivo da Prova Discursiva, serão os únicos documentos válidos para correção.
- Não serão permitidas consultas a quaisquer materiais, uso de telefone celular ou outros aparelhos eletrônicos.
- Caso seja necessária a utilização do sanitário, o candidato deverá solicitar permissão ao fiscal de sala, que designará um fiscal volante para acompanhá-lo no deslocamento, devendo manter-se em silêncio durante o percurso, podendo, antes da entrada no sanitário e depois da utilização deste, ser submetido a revista com detector de metais. Na situação descrita, se for detectado que o candidato está portando qualquer tipo de equipamento eletrônico, será eliminado automaticamente do concurso.
- O candidato, ao terminar a(s) prova(s), deverá retirar-se imediatamente do estabelecimento de ensino, não podendo permanecer nas dependências deste, bem como não poderá utilizar os sanitários.

INSTRUÇÕES – PROVA OBJETIVA

- Verifique se seus dados estão corretos na Folha de Respostas.
- A Folha de Respostas NÃO pode ser dobrada, amassada, rasurada, manchada ou conter qualquer registro fora dos locais destinados às respostas.
- Assinale a alternativa que julgar correta para cada questão na Folha de Respostas, usando caneta esferográfica de tinta preta ou azul. Para cada questão existe apenas **1 (uma)** resposta certa – não serão computadas questões não assinaladas ou que contenham mais de uma resposta, emendas ou rasuras.
- O modo correto de assinalar a alternativa é cobrindo, completamente, o espaço a ela correspondente, conforme modelo abaixo:



- Todas as questões deverão ser respondidas.

INSTRUÇÕES – PROVA DISCURSIVA (PARECER TÉCNICO – JURÍDICO NA ÁREA RESPECTIVA)

- Para realização da Prova Discursiva, o candidato receberá caderno específico, no qual redigirá com caneta de tinta azul ou preta.
- A Prova Discursiva deverá ser escrita com letra legível, não sendo permitida a interferência e/ou a participação de outras pessoas, salvo em caso de candidato que tenha solicitado condição especial para esse fim. Nesse caso, o candidato será acompanhado por um fiscal da **Cetro Concursos**, devidamente treinado, que deverá escrever o que o candidato ditar, sendo que este deverá ditar integralmente o texto, especificando oralmente a grafia das palavras e os sinais de acentuação e pontuação.
- Será atribuída nota zero à Prova Discursiva que apresentar sinal que, de alguma forma, possibilite a identificação do candidato.
- O rascunho é de preenchimento facultativo e não vale para finalidade de avaliação.
- Qualquer dúvida, chame o fiscal da sala.

OS TEXTOS E AS QUESTÕES FORAM REDIGIDOS CONFORME O NOVO ACORDO ORTOGRÁFICO DA LÍNGUA PORTUGUESA, MAS ESTE NÃO SERÁ COBRADO NO CONTEÚDO.



CONCURSOS PÚBLICOS

04/2013

Espaço reservado para anotação das respostas

CONSELHO REGIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA – 4ª REGIÃO – 01/2013

202 – ANALISTA DE LICITAÇÃO G50

Nome: _____ Inscrição: _____



1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
41	42	43	44	45	46	47	48	49	50	51	52	53	54	55	56	57	58	59	60
61	62	63	64	65	66	67	68	69	70										

O gabarito da Prova Objetiva estará disponível no site da **Cetro Concursos** (www.cetroconcursos.org.br) a partir do dia **08 de abril de 2013**.

LÍNGUA PORTUGUESA

Leia atentamente o texto abaixo para responder às questões de 1 a 9.

Steve Blank explica porque grandes empresas não sabem inovar

Ron Ashkenas

O mais impressionante a respeito da lista de '50 Empresas Mais Inovadoras' de 2013 da revista *Fast Company* é a relativa falta de empresas grandes e bem estabelecidas. Ao invés disso, a lista é dominada por grandes campeões tecnológicos dos últimos 20 anos, que integraram a inovação a seu DNA (*Apple*, *Google*, *Amazon*), e *startups* muito menores.

Isso não é muito surpreendente – empresas jovens só são capazes de sobreviver se encontrarem formas criativas de viabilizar novas ideias comerciais. Contudo, empresas bem estabelecidas possuem a mesma motivação para inovar e têm ainda mais recursos para investir. Portanto, por que a inovação não é uma característica das grandes empresas?

Para entender melhor essa questão, conversei recentemente com Steve Blank, empreendedor em série e coautor do livro 'The Startup Owner's Manual' e pai do movimento das 'startups light'. Ele cita três grandes razões pelas quais empresas bem estabelecidas têm dificuldade de inovar.

Em primeiro lugar, o foco das empresas bem estabelecidas é executar um modelo de negócios que já existe. Por outro lado, o principal trabalho de uma *startup* é procurar um modelo de negócios funcional – trabalhar criativamente para encontrar a medida certa entre as necessidades dos clientes e o que a empresa pode oferecer de forma lucrativa.

Em segundo lugar, encontrar um modelo de negócios viável não é um processo linear que pode ser guiado por um plano de negócios. Ele exige a busca de novos caminhos e a realização contínua de ajustes. Sendo assim, criar um novo modelo de negócios é algo inerentemente arriscado e com muito mais chances de fracassar que de funcionar. Infelizmente, empresas estabelecidas têm pouca tolerância ao risco, o que só aumenta a possibilidade de que seus empreendimentos novos e inovadores fracassem.

Por fim, Blank destaca que as pessoas mais bem qualificadas para procurar novos modelos de negócios e conduzir experimentos interativos, geralmente, não são as pessoas que se saem bem no comando de unidades de negócios preexistentes. Empreendedores internos têm mais chance de serem os rebeldes que questionam as velhas formas

de fazer as coisas e que possuam grande tolerância à falha. Ainda assim, ao invés de escolher essas pessoas para criar novos empreendimentos, as grandes empresas geralmente selecionam gestores de grande potencial que possuem as competências desejadas e são mais fáceis de controlar.

Em resumo: o processo de começar um novo negócio – independentemente da originalidade da ideia – é completamente diferente de gerenciar uma empresa bem sucedida. Portanto, se você quer que sua empresa cresça de forma orgânica, é preciso organizar seus esforços em torno dessa diferença.

Fonte: (Ron Ashkenas é sócio-gerente da Schaffer Consulting e atualmente é executivo residente na Escola de Negócios Haas da Universidade da Califórnia em Berkeley. Seu livro mais recente é 'Simplesmente Eficaz'). Adaptado.

1. De acordo com o texto, analise as assertivas abaixo.

- I. A revista *Fast Company* publicou uma lista de 50 Empresas Mais Inovadoras de 2013. O que surpreende é o fato de que, entre estas, constam poucas empresas grandes e bem estabelecidas.
- II. Empresas jovens são mais inovadoras e criativas, enquanto empresas bem estabelecidas visam a executar um modelo de negócios preexistentes.
- III. Gerenciar uma empresa bem sucedida é como começar um novo negócio com empreendedorismo, tecnologia e originalidade.

É correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
(B) II e III, apenas.
(C) I e II, apenas.
(D) II, apenas.
(E) I e III, apenas.

2. Após a leitura do texto e de acordo com a frase que completa o período abaixo, marque V para verdadeiro ou F para falso e, em seguida, assinale a alternativa que apresenta a sequência correta.

Para encontrar um modelo de negócios possível de ser executado é necessário

- () buscar novos caminhos.
() sempre realizar aprimoramentos.
() arriscar sempre.

- (A) F/ V/ F
(B) V/ V/ F
(C) V/ F/ F
(D) V/ F/ V
(E) F/ F/ V

3. De acordo com a norma-padrão da Língua Portuguesa e em relação à acentuação, assinale a alternativa cujas palavras devam ser acentuadas, respectivamente, pelas mesmas regras dos vocábulos destacados no período abaixo.

Ao invés disso, a lista é dominada por grandes campeões tecnológicos dos últimos 20 anos.

- (A) Sofa/ matemática
- (B) Sopa/ caricatura
- (C) Sape/ captura
- (D) Polpa/ verídica
- (E) Cafune/ ruptura

4. De acordo com a norma-padrão da Língua Portuguesa e em relação à classe de palavras, assinale a alternativa cujos vocábulos destacados possuem a mesma classificação.

Em primeiro lugar, o foco das empresas bem estabelecidas é executar um modelo de negócios que já existe.

- (A) Advérbio/ adjetivo/ artigo
- (B) Advérbio/ advérbio/ numeral
- (C) Numeral/ adjetivo/ artigo
- (D) Numeral/ advérbio/ artigo
- (E) Numeral/ advérbio/ numeral

5. Assinale a alternativa que apresenta o antônimo da palavra destacada no período abaixo.

Ele exige a busca de novos caminhos e a realização contínua de ajustes.

- (A) Consecutiva.
- (B) Ininterrupta.
- (C) Sucessiva.
- (D) Constante.
- (E) Interrompida.

6. Assinale o vocábulo cuja flexão de número não siga a mesma regra do vocábulo abaixo.

Campeão – campeões

- (A) Vilão.
- (B) Missão.
- (C) Cidadão.
- (D) Discussão.
- (E) Botão.

7. De acordo com a norma-padrão e em relação à sintaxe, assinale a alternativa cujo período apresenta um sujeito que receba a mesma classificação do sujeito destacado na oração abaixo.

Isso não é muito surpreendente.

- (A) Conversei recentemente com Steve Blank.
- (B) Empreendedores internos são mais rebeldes.
- (C) Há muitos jovens empreendedores.
- (D) Buscam novos caminhos e a realização contínua de ajustes.
- (E) Diretores e funcionários querem que a empresa cresça de forma orgânica.

8. De acordo com a norma-padrão da Língua Portuguesa e em relação à regência verbal, assinale a alternativa cujo verbo destacado tenha a mesma classificação que o destacado no período abaixo.

Um modelo de negócios viável exige a busca de novos caminhos e a realização contínua de ajustes.

- (A) Pessoas qualificadas procuram novos modelos de negócios.
- (B) As empresas precisam de inovações.
- (C) Empreendedores dão chances a novos talentos.
- (D) Existem bons empreendedores internos.
- (E) Pessoas bem qualificadas nem sempre são as melhores no comando de unidades de negócios.

9. No período abaixo, a oração iniciada pela conjunção destacada estabelece, com a anterior, uma relação de condição. Assinale a alternativa cuja conjunção destacada não estabelece essa mesma relação.

Empresas jovens só são capazes de sobreviver se encontrarem formas criativas de viabilizar novas ideias comerciais.

- (A) Empresas jovens só são capazes de sobreviver caso encontrem formas criativas de viabilizar novas ideias comerciais.
- (B) Empresas jovens só são capazes de sobreviver a menos que encontrem formas criativas de viabilizar novas ideias comerciais.
- (C) Empresas jovens só são capazes de sobreviver desde que encontrem formas criativas de viabilizar novas ideias comerciais.
- (D) Empresas jovens só são capazes de sobreviver contanto que encontrem formas criativas de viabilizar novas ideias comerciais.
- (E) Empresas jovens só são capazes de sobreviver quando encontrarem formas criativas de viabilizar novas ideias comerciais.

10. Assinale a alternativa correta quanto à passagem do discurso direto para o indireto do trecho abaixo.

O governador de São Paulo, Geraldo Alckmin (PSDB), anunciou, nesta segunda-feira, em evento no Palácio dos Bandeirantes, a criação do Conselho Paulista de Competitividade, onde afirmou:

“Investimento é emprego na veia, é emprego direto e é competitividade. Isso atrai emprego, aumenta a produção e faz a economia crescer.”

Fonte: <http://estadao.br.msn.com/ultimas-noticias/alckmin-cria-conselho-para-estimular-competitividade>.

- (A) O governador Geraldo Alckmin afirmou que investimento será emprego na veia, será emprego direto e será competitividade, que isso atrairá emprego, aumentará a produção e fará a economia crescer.
- (B) O governador Geraldo Alckmin afirmou que investimento era emprego na veia, era emprego direto e era competitividade, que aquilo atraía emprego, aumentava a produção e fazia a economia crescer.
- (C) O governador Geraldo Alckmin afirmou que investimento é emprego na veia, é emprego direto e é competitividade, que isso atrai emprego, aumenta a produção e faz a economia crescer.
- (D) O governador Geraldo Alckmin afirmou que investimento seria emprego na veia, seria emprego direto e seria competitividade, que isso atrairia emprego, aumentaria a produção e faria a economia crescer.
- (E) O governador Geraldo Alckmin afirmou que investimento fora emprego na veia, fora emprego direto e fora competitividade, que aquilo atraía emprego, aumentara a produção e fizera a economia crescer.

11. Leia as frases abaixo, substitua os termos grifados pelo pronome adequado, fazendo as adaptações necessárias e, em seguida, assinale a alternativa correta.

- 1. Levaram o menino para visitar o Museu do Ipiranga.
 - 2. Compraram um carro para a filha.
 - 3. Visitarei meu irmão à tarde.
- (A) 1. Levaram-lhe/ 2. Compraram-lhe/ 3. Visitar-lho-ei
 - (B) 1. Levaram-lhe/ 2. Compraram-na/ 3. Visitá-lo-ei
 - (C) 1. Levaram-no/ 2. Compraram-a/ 3. Visitar-lhe-ei
 - (D) 1. Levaram-no/ 2. Compraram-lhe/ 3. Visitá-lo-ei
 - (E) 1. Levaram-o/ 2. Compraram-lhe/ 3. Visitá-lo-ei

12. Barbarismo é o vício de linguagem que consiste em usar uma palavra errada quanto à grafia, pronúncia, significação, flexão ou formação. Assim sendo, assinale a alternativa que **não** apresenta barbarismo.

- (A) O pássaro caído estava com a aza quebrada.
- (B) Embora com 80 anos, meu avô subciste cheio de energia.
- (C) Os empresários proporam uma nova estratégia para superar a crise.
- (D) Os cidadãos reuniram-se em protesto na frente da Catedral.
- (E) Mara deteve o segredo sob sete chaves.

13. O pleonismo, como vício de linguagem, consiste em uma repetição desnecessária de elementos na frase. Assinale a alternativa em que isso ocorre.

- (A) A garota sentou-se junto ao avô.
- (B) A decisão ficará a seu critério pessoal.
- (C) Amanheceu, o dia estava ensolarado.
- (D) Abusou da liberdade e foi castigado.
- (E) Os pais de Bia continuam morando em Belo Horizonte.

14. De acordo com a norma-padrão da Língua Portuguesa e em relação à concordância nominal, assinale a alternativa **incorreta**.

- (A) Segue, anexo, o documento da empresa.
- (B) Em anexo, enviei-lhes minhas traduções.
- (C) Encaminho-lhes, anexas, as minhas anotações.
- (D) Entregou-me, anexo, todas as fotos do evento.
- (E) Anexa, enviaram-lhe a revista do concorrente.

15. De acordo com a norma-padrão da Língua Portuguesa e em relação à regência nominal, assinale a alternativa correta.

- (A) Meire tem horror a gatos.
- (B) Joyce parece ser insensível por tudo.
- (C) Estavam acostumados de jantar tarde.
- (D) César parecia hábil de andar de triciclo.
- (E) O avô de Márcia era contemporâneo com Vinícius de Moraes.

16. De acordo com a norma-padrão da Língua Portuguesa e em relação à concordância verbal, assinale a alternativa **incorreta**.

- (A) Um bando de fanáticos prejudicou o nome do clube.
- (B) A maioria dos jogadores aprovaram a decisão da FIFA.
- (C) Poços de Caldas fabricam as melhores compotas.
- (D) Cerca de dez pessoas testemunharam contra o réu.
- (E) Algum de vocês viu o acidente?

17. Leia o trecho abaixo e, em seguida, assinale a alternativa que completa correta e respectivamente as lacunas.

Ontem ____ tarde, encontrei César. Ele foi ____ Londres ____ trabalho. Morou lá por quatro anos. A casa dele ficava ____ 300 metros de *Piccadilly Circus*.

- (A) à/ a/ a/ a
- (B) a/ à/ a/ à
- (C) à/ a/ à/ a
- (D) a/ a/ à/ à
- (E) à/ à/ a/ a

18. As alternativas abaixo apresentam um trecho adaptado do site da Folha de S. Paulo (<http://www1.folha.uol.com.br/mercado/1240692-para-tcu-atraso-da-anatel-poe-em-risco-transmissao-da-copa.shtml>). De acordo com a norma-padrão da Língua Portuguesa e em relação às regras de pontuação, assinale a alternativa correta.

- (A) A Anatel afirma que, no dia 21, de fevereiro, começou, a dar publicidade aos projetos, com a veiculação de uma notícia sobre investimentos de R\$52,5 milhões nos projetos da Copa do Mundo de 2014, que seria o total a ser aplicado em 2012.
- (B) A Anatel afirma que, no dia 21 de fevereiro, começou, a dar publicidade, aos projetos, com a veiculação de uma notícia sobre investimentos de R\$52,5 milhões nos projetos da Copa do Mundo de 2014, que seria o total a ser aplicado em 2012.
- (C) A Anatel afirma que, no dia 21 de fevereiro, começou a dar publicidade aos projetos, com a veiculação de uma notícia sobre investimentos, de R\$52,5 milhões, nos projetos, da Copa do Mundo de 2014, que seria o total a ser aplicado em 2012.
- (D) A Anatel afirma que, no dia 21 de fevereiro, começou a dar publicidade aos projetos, com a veiculação de uma notícia sobre investimentos de R\$52,5 milhões nos projetos da Copa do Mundo de 2014, que seria o total a ser aplicado em 2012.
- (E) A Anatel, afirma que no dia 21 de fevereiro, começou a dar publicidade, aos projetos, com a veiculação de uma notícia, sobre investimentos de R\$52,5 milhões nos projetos da Copa do Mundo de, 2014, que seria o total a ser aplicado, em 2012.

19. De acordo com as figuras de linguagem, assinale a alternativa em que apresenta metáfora.

- (A) Aquele aluno parece um anjo.
- (B) Ficou vermelho de raiva, como um camarão.
- (C) João adora ler Saramago.
- (D) A velhice merece respeito.
- (E) Berenice é uma flor de garota.

20. De acordo com a norma-padrão da Língua Portuguesa e em relação à ortografia e ao contexto em que se encontram as palavras, assinale a alternativa correta.

- (A) O caseiro ascendeu a lareira do chalé.
- (B) Um fragrante de lavanda espalhou-se pela sala.
- (C) Ficou surpreso ao receber o mandato de prisão naquele momento.
- (D) O rapaz foi taxado de preguiçoso.
- (E) A infração está alta, apesar de noticiarem que os preços dos alimentos estão sendo mantidos.

LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA

21. Em matéria de competência, o Código Processual Regional de Ética – Resolução CONFEF nº 137/2007 – prevê os seguintes pontos:

- I. o julgamento dos recursos de incidentes de instrução é de competência da Comissão de Ética Profissional – CEP – do CREF onde estiver tramitando o processo.
- II. o julgamento dos recursos das decisões finais de primeira instância é de competência do Tribunal Regional de Ética do CREF onde estiver tramitando o processo.
- III. o julgamento dos recursos de suspeição ou impedimento é de competência do Tribunal Regional de Ética – TRE.
- IV. cumpre ao Conselho Regional de Educação Física onde estiver tramitando o processo, a execução das decisões proferidas nos processos disciplinares, sendo que a execução da decisão ocorrerá imediatamente após seu trânsito em julgado.

É correto o que está contido em

- (A) I e IV, apenas.
- (B) II e III, apenas.
- (C) I, apenas.
- (D) III, apenas.
- (E) I, II, III e IV.

22. Em relação às regras sobre a reabilitação e a prescrição, segundo o Código Processual Regional de Ética, assinale a alternativa correta.

- (A) O profissional punido poderá requerer sua reabilitação ao Conselho Regional de Educação Física onde está registrado, depois de decorridos 3 (três) anos do integral cumprimento da pena imposta.
- (B) O benefício da reabilitação se presta também ao profissional punido com a pena de cancelamento do registro para exercício da profissão.
- (C) A punibilidade por infrações éticas praticadas pelo profissional de Educação Física, sujeitas à instauração processual, prescreve em 3 (três) anos, contados a partir da data do conhecimento do fato que lhe fora imputado.
- (D) Interrompem o prazo prescricional, entre outras, a interposição de recurso pelo denunciado.
- (E) A execução da pena aplicada prescreverá em 3 (três) anos, tendo como termo inicial a data do trânsito em julgado da decisão tomada pela Comissão de Ética Profissional – CEP.

23. Sobre as nulidades e os impedimentos, em consonância com o Código Processual de Ética, assinale a alternativa **incorreta**.

- (A) Nenhum ato será declarado nulo se dele não resultar algum prejuízo para as partes.
- (B) A nulidade ocorrerá, entre outros, por suspeição, requerida através de termo anexado aos autos, que será apreciada pela Comissão de Ética Profissional – CEP, quando do primeiro contato com os autos ou do conhecimento comprovado do fato.
- (C) Estão absolutamente impedidos de participar do processo, quer como membro da Comissão de Ética Profissional – CEP, quer como membro da Comissão de Sindicância – CS, quer como membro do Tribunal Regional de Ética – TRE, os parentes até o 3º (terceiro) grau do denunciado e/ou denunciante, ou aqueles que de qualquer forma estejam envolvidos com o fato objeto da denúncia, ou que tenham, publicamente, emitido algum juízo de valor sobre o mesmo.
- (D) A declaração do impedimento dependerá de requerimento expresso da parte interessada, sendo vedado seu reconhecimento de ofício.
- (E) Nenhuma das partes poderá arguir nulidade a que haja dado causa, para a qual tenham concorrido ou referente à formalidade cuja observância só à parte contrária interesse.

24. De acordo com a Lei nº 9.394/1996, que dispõe sobre as diretrizes da educação nacional, analise as assertivas abaixo.

- I. Entende-se por educação especial, para os efeitos desta lei, a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais.
- II. A oferta de educação especial, dever constitucional do Estado, tem início na faixa etária de 0 (zero) a 6 (seis) anos, durante a educação infantil.
- III. A formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena, em universidades e institutos superiores de educação, não admitida, em hipótese alguma, a oferecida em nível médio, na modalidade Normal.
- IV. A formação docente, exceto para a educação superior, incluirá prática de ensino de, no mínimo, 200 (duzentas) horas.

É correto o que se afirma em

- (A) I e II, apenas.
- (B) III e IV, apenas.
- (C) I, apenas.
- (D) I, II e III, apenas.
- (E) II, III e IV, apenas.

25. Considerando os termos da Lei nº 9.394/1996, assinale a alternativa **incorreta**.

- (A) O Poder Público incentivará o desenvolvimento e a veiculação de programas de ensino a distância, em todos os níveis e modalidades de ensino, e de educação continuada. A educação a distância, organizada com abertura e regime especiais, será oferecida por instituições especificamente credenciadas pela União.
- (B) A educação a distância gozará de tratamento diferenciado, que incluirá, entre outros, custos de transmissão reduzidos em canais comerciais de radiodifusão sonora e de sons e imagens e em outros meios de comunicação que sejam explorados mediante autorização, concessão ou permissão do poder público.
- (C) É vedada a organização de cursos ou instituições de ensino experimentais.
- (D) O ensino militar é regulado em lei específica, admitida a equivalência de estudos, de acordo com as normas fixadas pelos sistemas de ensino.
- (E) Qualquer cidadão habilitado com a titulação própria poderá exigir a abertura de concurso público de provas e títulos para cargo de docente de instituição pública de ensino que estiver sendo ocupado por professor não concursado, por mais de 6 (seis) anos, ressalvados os direitos assegurados na Constituição Federal.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

26. Sobre os negócios jurídicos, assinale a alternativa correta.

- (A) Os negócios jurídicos que dizem respeito ao bem principal abrangem necessariamente as pertenças, salvo se o contrário resultar da lei, da manifestação de vontade ou das circunstâncias do caso.
- (B) O silêncio das partes importa anuência em qualquer caso.
- (C) A manifestação de vontade subsiste ainda que o seu autor haja feito a reserva mental de não querer o que manifestou, salvo se dela o destinatário tiver conhecimento.
- (D) Condição é a cláusula que, derivando exclusivamente da vontade das partes, subordina o efeito do negócio jurídico a evento futuro e certo.
- (E) Diz-se condição resolutiva aquela que suspende a eficácia do negócio jurídico celebrado, impedindo a aquisição do direito a que diz respeito, e seu exercício.

27. Em relação aos negócios jurídicos, assinale a alternativa correta.

- (A) Configura-se lesão quando alguém, premido da necessidade de salvar-se, ou a pessoa de sua família, de grave dano conhecido pela outra parte, assume obrigação excessivamente onerosa.
- (B) O dolo accidental ocorre quando, a seu despeito, o negócio seria realizado, embora por outro modo. O dolo accidental obriga à satisfação das perdas e danos e à anulação do negócio.
- (C) Considera-se coação o temor reverencial.
- (D) Vicia o negócio jurídico a coação exercida por terceiro, se dela tivesse ou devesse ter conhecimento a parte a que aproveite, e esta responderá solidariamente com aquele por perdas e danos.
- (E) O erro prejudicará a validade do negócio jurídico ainda que a pessoa a quem a manifestação de vontade se dirige se ofereça para executá-la na conformidade da vontade real do manifestante.

28. Sobre o contrato de depósito, assinale a alternativa **incorreta**.

- (A) Se o depósito se entregou fechado, colado, selado ou lacrado, nesse mesmo estado se manterá.
- (B) O depósito voluntário pode ser provado por escrito.
- (C) O depósito necessário se presume gratuito.
- (D) É ilícita a prisão civil de depositário infiel, qualquer que seja a modalidade de depósito.
- (E) Consideram-se depósito necessário as bagagens dos viajantes ou hóspedes nas hospedarias onde estiverem.

29. Sobre a aplicação da lei penal, analise as assertivas abaixo.

- I. Lei penal temporária, decorrido o período de sua duração, não mais se aplicará aos fatos praticados durante sua vigência.
- II. Considera-se praticado o crime no momento do resultado, ainda que outro seja o momento da ação ou omissão.
- III. A pena cumprida no estrangeiro atenua a pena imposta no Brasil pelo mesmo crime, quando diversa, ou nela é computada, quando idêntica.
- IV. Consideram-se território brasileiro por extensão para fins penais as embarcações e aeronaves brasileiras de natureza pública ou a serviço do governo brasileiro onde quer que se encontrem.
- V. A lei posterior, que de qualquer modo favorecer o agente, aplica-se aos fatos anteriores, ainda que decididos por sentença condenatória transitada em julgado. Por isso, a lei penal mais grave não se aplica ao crime continuado ou ao crime permanente, se a sua vigência é anterior à cessação da continuidade ou da permanência.

É correto o que se afirma em

- (A) I, II e V, apenas.
- (B) IV, apenas.
- (C) III e IV, apenas.
- (D) I, III e IV, apenas.
- (E) I, II, III, IV e V.

30. Sobre os crimes contra a Administração Pública, assinale a alternativa correta.

- (A) O crime de concussão se caracteriza pela solicitação de vantagem indevida, ao contrário do crime de corrupção passiva, que se caracteriza pela exigência da vantagem indevida.
- (B) Aceitar promessa de vantagem indevida, para si ou para outrem, diretamente, em razão de função pública, configura o crime de corrupção ativa.
- (C) Comete condescendência criminosa aquele que patrocina, direta ou indiretamente, interesse privado perante a administração pública valendo-se da qualidade de funcionário público.
- (D) Estagiário do Ministério Público do Estado de São Paulo que pratica ato considerado crime contra a administração pública pode ser considerado funcionário público pela definição ampla deste conceito no Código Penal.
- (E) Retardar, indevidamente, ato de ofício ou praticá-lo contra disposição expressa de lei, para satisfazer interesse ou sentimento pessoal, configura crime de condescendência criminosa.

31. Sobre o entendimento do Supremo Tribunal Federal (STF) e acerca do Mandado de Segurança, assinale a alternativa **incorreta**.

- (A) Não cabe condenação em honorários de advogado na ação de Mandado de Segurança.
- (B) Concessão de Mandado de Segurança não produz efeitos patrimoniais em relação a período pretérito, os quais devem ser reclamados administrativamente ou pela via judicial própria.
- (C) A suspensão liminar em Mandado de Segurança, salvo determinação em contrário da decisão que a deferir, vigorará até o trânsito em julgado da decisão definitiva de concessão da segurança ou, havendo recurso, até a sua manutenção pelo Supremo Tribunal Federal, desde que o objeto da liminar deferida coincida, total ou parcialmente, com o da impetração.
- (D) Compete ao Supremo Tribunal Federal conhecer originariamente de Mandado de Segurança contra atos de outros tribunais.
- (E) É constitucional lei que fixa o prazo de decadência para a impetração de Mandado de Segurança.

32. Sobre o conceito e conteúdo de Constituição, assinale a alternativa correta. (A) A concepção de Constituição como mera folha de papel em decorrência de sua falta de correspondência com a realidade subjacente é atribuída a Constantino Mortati. (B) O conceito jurídico-formal de Constituição é atribuído a Hans Kelsen. Segundo esse entendimento, tudo aquilo que estiver incluído no bojo do texto constitucional é considerado Constituição e goza do regime jurídico que lhe é peculiar. (C) Konrad Hesse é um autor alemão responsável pela obra "A força normativa da Constituição", segundo a qual a Constituição é determinada pela realidade e não o contrário. (D) O sentido político de Constituição, adotado por Ferdinand Lassale, só considera Constituição o que integra a chamada decisão política fundamental. (E) A concepção sociológica de Constituição distingue Constituição de lei constitucional, mas trata como iguais a Constituição real ou efetiva e a Constituição escrita.	34. Sobre os remédios constitucionais, assinale a alternativa correta. (A) O Mandado de Segurança constitui ação adequada para compensação tributária. (B) Cabe Ação Popular contra atos de conteúdo jurisdicional que lesione o patrimônio público. (C) Cabe Mandado de Segurança contra ato praticado em licitação promovida por sociedade de economia mista ou empresa pública. (D) O <i>Habeas Data</i> é remédio hábil para fornecimento de certidões ou informações de terceiros. (E) O STF possui posicionamento pela inidoneidade do <i>Habeas Corpus</i> para impugnar autorização judicial de quebra de sigilo bancário ainda que destinada a fazer prova em procedimento penal.
33. Sobre a integração das normas constitucionais, analise as assertivas abaixo. I. O princípio da unidade da Constituição considera que a Constituição é uma unidade normativa, com uma coerência lógica que é própria de qualquer sistema. Por isso, não é possível cogitar a existência de antinomias e antagonismos entre normas constitucionais originárias. Os conflitos eventualmente existentes devem ser harmonizados e equilibrados por força da interpretação. II. O STF admite as chamadas normas constitucionais inconstitucionais. III. O princípio da máxima efetividade das normas constitucionais impede um resultado de hermenêutica que importe sacrifício total de uma norma constitucional em detrimento de outra. IV. O fenômeno por meio do qual uma nova Constituição acolhe e admite, sob a sua égide, a legislação infraconstitucional anterior que com ela seja compatível denomina-se de recepção. É correto o que se afirma em (A) II, apenas. (B) I, II e IV, apenas. (C) I, III e IV, apenas. (D) III, apenas. (E) I e IV, apenas.	35. Sobre os tipos de inconstitucionalidade existentes em nosso ordenamento jurídico, assinale a alternativa correta. (A) Lei elaborada por órgão incompetente ou com procedimento diverso do fixado na Constituição Federal é eivada de inconstitucionalidade formal. (B) O artigo 60, §4º da Constituição Federal, proíbe apenas a promulgação de emendas constitucionais tendentes a abolir as cláusulas pétreas permitindo a mera deliberação. (C) Segundo o STF, não ocorre omissão inconstitucional quando já apresentados projetos legislativos tendentes a reparar o problema, ainda que constatada demora injustificável na discussão da votação deles. (D) Ocorre inconstitucionalidade por ação quando o defeito decorre de abstenção em cumprir dever constitucional dirigido à produção ou à atualização das medidas necessárias para tornar plenamente efetiva determinada norma inconstitucional. (E) Ocorre inconstitucionalidade por omissão parcial quando não há qualquer providência do Poder Público para cumprir o que a Constituição lhe impôs. 36. Sobre os direitos e garantias individuais, elencados na Constituição Federal de 1988, assinale a alternativa correta. (A) A Constituição Federal admite a pena de morte em caso de guerra declarada. (B) As normas definidoras dos direitos e garantias fundamentais têm aplicação 45 (quarenta e cinco) dias depois da publicação, em razão de aplicabilidade mediata. (C) A pessoa jurídica não poderá sofrer dano moral em razão da incompatibilidade deste com sua natureza jurídica. (D) Permite-se que policiais adentrem, quando judicialmente autorizados, na casa de suspeito de crime, sem o seu consentimento, durante a noite, para fins de investigação criminal. (E) O brasileiro naturalizado de comprovado envolvimento em tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins somente poderá ser extraditado se este crime tiver sido praticado antes da sua naturalização.

37. Em relação ao controle de constitucionalidade, analise as assertivas abaixo.

- I. Declarada a inconstitucionalidade por omissão de medida para tornar efetiva norma constitucional, será dada ciência ao Poder competente para a adoção das providências necessárias e, em se tratando de órgão administrativo, para fazê-lo em 30 (trinta) dias.
- II. Ocorre inconstitucionalidade progressiva quando a caracterização da inconstitucionalidade já se iniciou, mas não está ainda consumada. Ocorre em casos em que um ato é considerado “ainda constitucional”.
- III. O ajuizamento da ação direta de inconstitucionalidade está sujeito à observância de prazo de natureza prescricional ou de caráter decadencial.
- IV. O STF admite a tese da inconstitucionalidade superveniente.

É correto o que se afirma em

- (A) I, II, III e IV.
- (B) I e III, apenas.
- (C) III, apenas.
- (D) I e II, apenas.
- (E) I, II e IV, apenas.

38. Sobre o Poder Judiciário, assinale a alternativa correta.

- (A) O Conselho Nacional de Justiça é órgão de controle externo do Poder Judiciário.
- (B) É vedado aos juízes exercer advocacia no juízo ou tribunal do qual se afastou, antes de decorridos 4 (quatro) anos do afastamento do cargo por aposentadoria ou exoneração.
- (C) Os tribunais não podem elaborar suas propostas orçamentárias, porque esta é uma competência privativa do Poder Executivo.
- (D) Nos recursos extraordinário e especial, o recorrente deverá demonstrar a repercussão geral das questões discutidas no caso.
- (E) Haverá um Tribunal Regional Eleitoral na Capital de cada Estado e no Distrito Federal.

39. Acerca dos direitos políticos, assinale a alternativa correta.

- (A) Para ser candidato a vereador, o cidadão deve contar com, no mínimo, 21 (vinte e um) anos de idade.
- (B) Os partidos políticos possuem caráter nacional.
- (C) É assegurada autonomia aos partidos políticos para definir o regime de suas coligações eleitorais, mas há obrigatoriedade de vinculação entre as candidaturas em âmbito nacional, estadual, distrital ou municipal.
- (D) O alistamento eleitoral é facultativo para os maiores de 60 (sessenta) anos.
- (E) O militar é inelegível.

40. Em relação à Administração Pública, marque V para verdadeiro ou F para falso e, em seguida, assinale a alternativa que apresenta a sequência correta.

- () É inconstitucional a lei que cria cargos de comissão para atribuições que não sejam de direção, chefia e assessoramento superior.
 - () Servidor público efetivo investido no mandato de deputado distrital deve ser afastado do cargo.
 - () Em regra, o salário mínimo pode ser usado como indexador de base de cálculo de vantagem de servidor público ou de empregado.
 - () A remuneração dos servidores públicos organizados em carreira poderá ser fixada em forma de subsídio.
- (A) V/ F/ F/ F
(B) V/ F/ V/ F
(C) V/ V/ F/ V
(D) F/ V/ F/ V
(E) F/ F/ F/ F

41. Sobre o Direito Tributário, suas características e conteúdo, analise as assertivas abaixo.

- I. O Direito Tributário é um ramo do Direito Público que se caracteriza por relações de conteúdo obrigacional.
- II. É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios legislar sobre Direito Tributário.
- III. Inexistindo lei federal sobre normas gerais de Direito Tributário, os Estados exercerão competência legislativa plena para atender a suas peculiaridades.
- IV. O Distrito Federal possui competência para instituir tanto impostos municipais quanto estaduais.

É correto o que se afirma em

- (A) II e III, apenas.
- (B) I e III, apenas.
- (C) IV, apenas.
- (D) I, III e IV, apenas.
- (E) I, II, III e IV.

42. Sobre a competência tributária, assinale a alternativa **incorreta**.

- (A) Somente a União tem competência residual ou remanescente para a criação de impostos e contribuições para a seguridade social.
- (B) Competem à União, em Território Federal, se o território não for dividido em municípios, cumulativamente, os impostos municipais e estaduais.
- (C) Em casos de urgência ou calamidade pública, é autorizado à União instituir impostos extraordinários compreendidos ou não em sua competência tributária.
- (D) O exercício da competência tributária é irrenunciável, intransferível e facultativo.
- (E) Paraфiscalidade não coincide com o conceito de sujeição ativa auxiliar.

43. Sobre a execução fiscal e considerando o entendimento dos tribunais superiores, assinale a alternativa correta.

- (A) O redirecionamento da execução fiscal contra sócio-gerente independe de comprovação de conduta com excesso de mandato ou infringência da lei, contrato social ou estatuto, porque basta a simples inadimplência no recolhimento de tributos em casos de dissolução irregular da sociedade.
- (B) O redirecionamento da execução fiscal contra sócio-gerente não exige que este esteja na administração da empresa no momento da irregularidade.
- (C) A prescrição da ação de execução fiscal se interrompe com o despacho do juiz que ordena a citação do executado, retroagindo essa interrupção à data do ajuizamento da execução.
- (D) Em execução fiscal, não é necessário intimar o devedor, pessoalmente, do dia e hora da realização do leilão.
- (E) A desistência da execução fiscal, após o oferecimento dos embargos, exime o exequente dos encargos da sucumbência.

44. Sobre as taxas, assinale a alternativa **incorreta**.

- (A) Segundo o STJ, o valor cobrado, exclusivamente em Portaria do Tribunal de Justiça para que o interessado possa desarmar autos de processos findos, é inconstitucional.
- (B) A taxa cobrada exclusivamente em razão dos serviços públicos de coleta, remoção e tratamento ou destinação de lixo ou resíduos provenientes de imóveis viola a Constituição Federal.
- (C) É constitucional a adoção, no cálculo do valor da taxa, de um ou mais elementos da base de cálculo própria de determinado imposto, desde que não haja integral identidade entre uma base e outra.
- (D) É inconstitucional a taxa municipal de conservação de estradas de rodagem cuja base de cálculo seja idêntica à do Imposto Territorial Rural (ITR).
- (E) O serviço de iluminação pública não pode ser remunerado mediante taxa.

45. Quanto ao entendimento do Supremo Tribunal Federal (STF), e acerca dos princípios constitucionais tributários, assinale a alternativa **incorreta**.

- (A) É inadmissível a interdição de estabelecimento como meio coercitivo para cobrança de tributo.
- (B) É ilegítima a cobrança do tributo que houver sido aumentado após o orçamento, mas antes do início do respectivo exercício financeiro.
- (C) É inadmissível a apreensão de mercadorias como meio coercitivo para pagamento de tributos.
- (D) A imunidade sobre livros, jornais, periódicos e papel destinado à sua impressão, expressa no artigo 150, VI, "d" da Constituição Federal, abrange os filmes e papéis fotográficos necessários à publicação de jornais e periódicos.
- (E) A imunidade tributária recíproca é aplicável às autarquias e empresas públicas que prestem inequívoco serviço público, desde que, entre outros requisitos constitucionais e legais, não distribuam lucros ou resultados direta ou indiretamente a particulares, ou tenham por objetivo principal conceder acréscimo patrimonial ao poder público.

46. Considerando o sistema constitucional tributário brasileiro e o entendimento dos tribunais superiores, assinale a alternativa **incorreta**.

- (A) Segundo o Supremo Tribunal Federal (STF), os cemitérios que consubstanciam extensões de entidades de cunho religioso estão abrangidos pela garantia de imunidade contemplada no artigo 150 da Constituição Federal, sendo, portanto, impossível a incidência de IPTU em relação a eles.
- (B) Norma legal que altera o prazo de recolhimento da obrigação tributária não se sujeita ao princípio da anterioridade.
- (C) A imunidade tributária conferida a instituições de assistência social sem fins lucrativos pelo artigo 150, VI, "c" da Constituição Federal, somente alcança as entidades fechadas de previdência social se não houver contribuição dos beneficiários.
- (D) É permitido ao município atualizar o IPTU, mediante decreto, em percentual superior ao índice oficial de correção monetária.
- (E) Nos depósitos judiciais, não incide o Imposto sobre Operações Financeiras (IOF).

47. Sobre obrigação tributária, assinale a alternativa correta.

- (A) Na solidariedade tributária, o pagamento efetuado por um dos obrigados não aproveita aos demais.
- (B) Em caso de descumprimento de obrigação acessória, esta converte-se em obrigação principal relativamente à penalidade pecuniária, desaparecendo, portanto, o dever de cumprir a prestação acessória.
- (C) A obrigação tributária acessória decorre da legislação tributária e não somente de lei *stricto sensu*.
- (D) A exclusão do crédito tributário dispensa o cumprimento das obrigações acessórias, dependentes da obrigação principal cujo crédito seja excluído, ou dela consequente.
- (E) Não se sujeita à tributação os rendimentos provenientes do tráfico de drogas.

48. Considerando os princípios constitucionais tributários e o entendimento dos tribunais superiores, assinale a alternativa correta.

- (A) É ilegítima a cobrança de tarifa de água fixada de acordo com as categorias de usuários e as faixas de consumo.
- (B) O Supremo Tribunal Federal (STF) já decidiu que álbuns de figurinhas e os respectivos cromos adesivos não estão alcançados pela imunidade tributária cultural.
- (C) A imunidade tributária recíproca estende-se às empresas públicas.
- (D) O Supremo Tribunal Federal (STF) já decidiu que listas telefônicas gozam de imunidade tributária cultural.
- (E) O imóvel pertencente a partido político não é imune ao IPTU, ainda que o imóvel seja utilizado para atividades essenciais dessa entidade.

49. Acerca do entendimento do Superior Tribunal de Justiça (STJ), em relação ao Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS), analise as assertivas abaixo.

- I. O ISS incide sobre o valor dos serviços de assistência médica, incluindo-se neles as refeições, os medicamentos e as diárias hospitalares.
- II. A prestação de serviço de composição gráfica, personalizada e sob encomenda, ainda que envolva fornecimento de mercadoria, está sujeita, apenas, ao ISS.
- III. A industrialização por encomenda está sujeita à incidência de ISS e não de ICMS.
- IV. Incide ISS na operação de arrendamento mercantil de coisas móveis.

É correto o que se afirma em

- (A) II e III, apenas.
- (B) I, II e III, apenas.
- (C) I, II, III e IV.
- (D) II, III e IV, apenas.
- (E) IV, apenas.

50. Sobre a execução fiscal, assinale a alternativa correta.

- (A) Compete à Justiça Federal processar e julgar execução fiscal promovida por Conselho de Fiscalização Profissional.
- (B) Proposta a execução fiscal, a posterior mudança de domicílio do executado desloca a competência já fixada.
- (C) Na execução fiscal, não haverá segundo leilão se o primeiro não houver lance superior à avaliação.
- (D) É necessária a intervenção do Ministério Público nas execuções fiscais.
- (E) A Fazenda Pública não pode recusar a substituição do bem penhorado por precatório.

51. Em relação aos aspectos gerais sobre licitação e contratos administrativos no Brasil, assinale a alternativa correta.

- (A) É concorrente a competência para legislar sobre normas gerais de licitação.
- (B) A norma constitucional permite expressamente ressalvas à obrigatoriedade de licitar, sendo cabível a criação de uma hipótese de contratação direta por decreto.
- (C) As sociedades de economia mista não se submetem ao procedimento licitatório.
- (D) É impossível que outras leis federais, além da Lei nº 8.666/1993, estabeleçam novas hipóteses de dispensa do procedimento de licitação.
- (E) É característica dos contratos administrativos o consenso. Por isso, não se caracteriza como contrato administrativo a desapropriação, fiscalização e tributação.

52. Sobre a Lei nº 12.232/2010, que trata das normas gerais de licitação e contratação de serviços de publicidade, analise as assertivas abaixo.

- I. É permitida a inclusão de atividades de assessoria de imprensa, comunicação e relações públicas nos contratos de serviços de publicidade.
- II. As agências de propaganda a serem contratadas para prestação de serviços de publicidade deverão ter certificado de qualificação técnica de funcionamento.
- III. A agência de propaganda contratada poderá reservar e comprar espaço ou tempo publicitário de veículos de divulgação, por sua conta e risco.
- IV. As licitações para serviços de publicidade adotarão, obrigatoriamente, os tipos “melhor técnica” ou “técnica e preço”.
- V. Nas contratações dos serviços de publicidade, é possível a adjudicação do objeto da licitação a mais de uma agência de propaganda.

É correto o que se afirma em

- (A) II, III, IV e V, apenas.
- (B) II, IV e V, apenas.
- (C) I, II, IV e V, apenas.
- (D) I, apenas.
- (E) I, II, III, IV e V.

53. Considerando a Lei nº 8.666/1993, assinale a alternativa correta.

- (A) Para ser denominado de contrato administrativo, é indispensável que o ajuste firmado entre a Administração Pública e o particular seja realizado em documento formal escrito e, neste documento, seja assim expressamente denominado.
- (B) A alienação de imóveis da Administração Pública direta depende de autorização legislativa.
- (C) A alienação de bens imóveis da Administração Pública adota, em regra, a modalidade leilão.
- (D) A norma geral de licitações é um diploma federal que não se aplica a entidades controladas direta ou indiretamente pelos Municípios.
- (E) Não é correto afirmar que a norma geral de licitações adotou expressamente o princípio da promoção do desenvolvimento nacional sustentável.

54. De acordo com a jurisprudência sumulada do Tribunal de Contas da União (TCU), acerca das licitações e dos contratos administrativos, assinale a alternativa correta. (A) A inexigibilidade de licitação para a contratação de serviços técnicos com pessoas físicas ou jurídicas de notória especialização somente é cabível quando se tratar de serviço de natureza singular, capaz de exigir, na seleção do executor de confiança, grau de subjetividade insuscetível de ser medido pelos critérios objetivos de qualificação inerentes ao processo de licitação, nos termos do artigo 25, II da Lei nº 8.666/1993. (B) Em licitações de obras e serviços de engenharia, é desnecessária a elaboração de projeto básico, pois, nesses casos, não é possível considerar ilegal a revisão de projeto básico ou a elaboração de projeto executivo que transfigurem o objeto originalmente contratado em outro de natureza e propósito diversos. (C) É obrigatória a admissão da adjudicação por preço global nos editais de licitações para a contratação de obras, serviços, compras e alienações cujo objeto seja divisível, desde que não haja prejuízo para o conjunto ou complexo ou perda de economia de escala, tendo em vista o objetivo de propiciar a ampla participação de licitantes que, embora não dispondo de capacidade para a execução, fornecimento ou aquisição da totalidade do objeto, possam fazê-lo com relação a itens ou unidades autônomas, devendo as exigências de habilitação adequarem-se a essa globalidade. (D) É permitida a participação de cooperativas em licitação quando, pela natureza do serviço ou pelo modo como é usualmente executado no mercado em geral, houver necessidade de subordinação jurídica entre o obreiro e o contratado, bem como de pessoalidade e habitualidade. (E) Para fins de qualificação econômico-financeira, a Administração pode exigir das licitantes, de forma cumulativa, capital social mínimo, patrimônio líquido mínimo e garantias que assegurem o adimplemento do contrato a ser celebrado, no caso de compras para entrega futura e de execução de obras e serviços.	56. Sobre o entendimento do Tribunal de Contas da União (TCU) e em relação à licitação, analise as assertivas abaixo. I. Nas contratações em que o objeto só possa ser fornecido por produtor, empresa ou representante comercial exclusivo, é dever do agente público, responsável pela contratação, a adoção das providências necessárias para confirmar a veracidade da documentação comprobatória da condição de exclusividade. II. As decisões do TCU devem ser acatadas pelos administradores dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. III. O TCU já decidiu que, atingido o limite legalmente fixado para dispensa de licitação, as demais contratações para serviços da mesma natureza deverão observar a obrigatoriedade da realização do certame licitatório, a fim de coibir o fracionamento fraudulento do objeto da licitação. É correto o que se afirma em (A) I, II e III. (B) I e II, apenas. (C) II, apenas. (D) II e III, apenas. (E) I e III, apenas.
55. Sobre os contratos administrativos na lei geral de licitações, assinale a alternativa incorreta. (A) A exigência de prestação de garantia nas contratações de obras, serviços e compras exige previsão no instrumento convocatório. (B) A escolha da garantia a ser prestada no contrato incumbe ao contratado. (C) A garantia prestada pelo contratado será liberada ou restituída após a execução do contrato e, quando em dinheiro, atualizada monetariamente. (D) Nos casos de contratos que importem na entrega de bens pela Administração, dos quais o contratado ficará depositário, ao valor da garantia deverá ser acrescido o valor desses bens. (E) A garantia exigida nos contratos administrativos será em regra igual ao valor total do contrato e terá seu valor atualizado nas mesmas condições desse.	57. Sobre a norma geral de licitações, marque V para verdadeiro ou F para falso e, em seguida, assinale a alternativa que apresenta a sequência correta. () Qualquer cidadão pode acompanhar o desenvolvimento do processo licitatório, desde que não interfira de modo a perturbar ou a impedir a realização dos trabalhos. () O leilão é modalidade de licitação apenas para a venda de móveis. () Entende-se por investidura a alienação, aos legítimos possuidores diretos ou, na falta destes, ao Poder Público, de imóveis para fins residenciais construídos em núcleos urbanos anexos a usinas hidrelétricas, desde que considerados dispensáveis na fase de operação dessas unidades e não integrem a categoria de bens reversíveis ao final da concessão. () Nas licitações, em igualdade de condições, será considerado como primeiro critério de desempate, a produção de bens e serviços no país. (A) V/ V/ F/ F (B) V/ F/ V/ V (C) V/ F/ V/ F (D) F/ V/ F/ F (E) F/ F/ V/ V

58. Sobre o tratamento diferenciado que as microempresas e empresas de pequeno porte recebem nas licitações, analise as assertivas abaixo.

- I. Nas licitações públicas, a comprovação de regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de assinatura do contrato.
- II. As microempresas e empresas de pequeno porte, por ocasião da participação em certames licitatórios, deverão apresentar toda documentação exigida para efeito de comprovação da regularidade fiscal, exceto se esta apresentar alguma restrição.
- III. É correto dizer que nas licitações se assegura, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte.
- IV. A microempresa e a empresa de pequeno porte titular de direitos creditórios, decorrentes de empenhos liquidados por órgãos ou entidades da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, não pagos em até 30 (trinta) dias contados da data de liquidação, poderão emitir cédula de crédito microempresarial.
- V. A Administração Pública poderá realizar processo licitatório destinado exclusivamente à participação de microempresas e empresas de pequeno porte nas contratações cujo valor seja de até R\$80.000,00 (oitenta mil reais), ainda que esse critério de tratamento diferenciado não esteja previsto expressamente no instrumento convocatório.

É correto o que se afirma em

- (A) I, II, III, IV e V.
- (B) II e V, apenas.
- (C) I, II e III, apenas.
- (D) I, III e IV, apenas.
- (E) I, III e V, apenas.

59. Sobre a lei geral de licitações, assinale a alternativa correta.

- (A) Qualquer modificação no edital exige divulgação pela mesma forma que se deu o texto original, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, ainda que a alteração não afete a formulação das propostas.
- (B) Quando houver inviabilidade de competição para contratação de profissional de qualquer setor artístico, diretamente ou através de empresário exclusivo, consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública, haverá inexigibilidade de licitação pública.
- (C) Não se aplicam as disposições da lei geral de licitações aos convênios.
- (D) O projeto executivo das licitações para a execução de obras e para a prestação de serviços não poderá ser desenvolvido concomitantemente à execução das obras e serviços.
- (E) É dispensável a licitação em todos os casos em que a União tiver que intervir no domínio econômico.

60. A respeito do pregão, assinale a alternativa **incorreta**.

- (A) O pregão é um tipo de licitação.
- (B) Pode ser adotado o pregão para as compras e contratações de bens e serviços comuns no âmbito da União.
- (C) O TCU tem decisões segundo as quais é regra geral a utilização do pregão eletrônico para a aquisição de bens e serviços comuns por parte de instituições públicas, nelas incluídas agências reguladoras, sendo o uso do pregão presencial hipótese de exceção a ser justificada no processo licitatório.
- (D) Considera-se bens e serviços comuns, para os fins da licitação sob pregão, aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado.
- (E) É correto dizer que no âmbito do Ministério da Defesa, as funções de pregoeiro e de membro da equipe de apoio poderão ser desempenhadas por militares.

61. Sobre as modalidades de licitação, assinale a alternativa correta.

- I. Convite é a modalidade de licitação entre interessados do ramo pertinente ao seu objeto, previamente cadastrados, escolhidos e convidados em número máximo de 3 (três) pela unidade administrativa, a qual afixará, em local apropriado, cópia do instrumento convocatório e o estenderá aos demais cadastrados na correspondente especialidade que manifestarem seu interesse com antecedência de até 24 (vinte e quatro) horas da apresentação das propostas.
- II. Concurso e leilão são modalidades de licitação.
- III. Convite é a única modalidade de licitação que a lei dispensa a publicação de edital.
- IV. Concurso é a modalidade de licitação entre quaisquer interessados para escolha de trabalho técnico, científico ou artístico, mediante a instituição de prêmios ou remuneração aos vencedores, conforme critérios constantes de edital publicado na imprensa oficial com antecedência mínima de 45 (quarenta e cinco) dias.

É correto o que se afirma em

- (A) I, II, III e IV.
- (B) II e III, apenas.
- (C) II, III e IV, apenas.
- (D) I e IV, apenas.
- (E) I, II e IV, apenas.

62. Sobre a lei geral de licitações, assinale a alternativa **incorreta**.

- (A) Ocorre licitação deserta quando, publicado o edital, nenhuma proposta é apresentada figurando, portanto, como caso de licitação dispensável.
- (B) É correto dizer que o rol de licitação inexigível é taxativo.
- (C) A licitação dispensada exige uma atuação vinculada do administrador, enquanto a licitação dispensável permite uma atuação discricionária.
- (D) Considera-se inexigível a licitação para aquisição de materiais, equipamentos, ou gêneros que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivo, vedada a preferência de marca.
- (E) As minutas de editais de licitação, bem como as dos contratos, acordos, convênios ou ajustes devem ser previamente examinadas e aprovadas por assessoria jurídica da Administração.

63. Sobre as hipóteses de contratação direta, assinale a alternativa correta.

- (A) A comprovação de exclusividade para fins de inexigibilidade de licitação se dá por atestado fornecido pelo órgão de registro do comércio local em que se realizaria a licitação ou a obra ou o serviço, pelo Sindicato, Federação ou Confederação Patronal, ou ainda, pelas entidades equivalentes.
- (B) É permitida a preferência de marca para ser considerada inexigível a licitação na contratação de empresa ou representante comercial exclusivo.
- (C) É inexigível a licitação nos casos de guerra ou grave perturbação da ordem.
- (D) É inexigível a licitação nas compras de hortifrutigranjeiros, pão e outros gêneros perecíveis, no tempo necessário para a realização dos processos licitatórios correspondentes, realizadas diretamente com base no preço do dia.
- (E) É permitida a inexigibilidade de licitação para serviços de publicidade e divulgação.

64. Sobre a lei geral de licitações, assinale a alternativa correta.

- (A) Caberá recurso dos Atos da Administração, no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da intimação do ato ou da lavratura da ata, nos casos de inabilitação do licitante.
- (B) A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela Administração, caracteriza o descumprimento total da obrigação, muito embora não o sujeite a penalidades.
- (C) Os crimes definidos na lei geral de licitações, exceto se simplesmente tentados, sujeitam os seus autores, quando servidores públicos, além das sanções penais, à perda do cargo, emprego, função ou mandato eletivo.
- (D) Em procedimento licitatório não se aplica a súmula 473 do STF, segundo a qual a administração pode anular seus próprios atos quando eivados de vícios que os tornam ilegais.
- (E) Empresa pública não se submete ao procedimento da lei geral de licitações.

65. Sobre as decisões e o entendimento jurisprudencial sobre licitações e contratos administrativos, marque V para verdadeiro ou F para falso e, em seguida, assinale a alternativa que apresenta a sequência correta.

- () Conforme o Tribunal de Contas da União (TCU), é ilegal a participação do autor do projeto básico, ainda que indireta, em licitação ou na execução da obra, não descaracterizando a infração a ocorrência da exclusão do referido autor do quadro social da empresa participante da licitação às vésperas do certame.
- () Recentemente, o Tribunal de Contas da União (TCU) decidiu ser lícita a vedação de participação em licitações sob a modalidade concorrência de empresas com sócios comuns.
- () O Tribunal de Contas da União (TCU), recentemente, decidiu que, na licitação para contratação de empresa especializada no fornecimento de vale alimentação, na forma de cartão eletrônico ou tecnologia similar, apesar de discricionária a fixação do número mínimo de estabelecimentos credenciados, o gestor deve estar respaldado em estudo técnico para fixar tal número, devendo reduzir a termo o referido estudo e juntá-lo aos autos do processo licitatório.

- (A) V/ V/ V
- (B) F/ F/ F
- (C) V/ F/ V
- (D) V/ F/ F
- (E) F/ V/ F

66. Sobre o entendimento do Tribunal de Contas da União (TCU), analise as assertivas abaixo.

- I. Segundo o TCU, a assinatura de termo de parceria por órgãos ou entidades da Administração Pública com Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público não demanda licitação.
- II. Segundo o TCU, em caso de contratação por inexigibilidade de licitação, a Administração está liberada de praticar preços em conformidade com os praticados pelo mercado.
- III. Segundo decisão recente do TCU, é admissível cláusula de edital de licitação com a exigência de que suprimentos e/ou peças de reposição de equipamentos de informática a serem adquiridos sejam da mesma marca dos equipamentos originais, quando estes se encontram no período de garantia e o termo desta última estabelece a não cobertura de defeitos em razão do uso de suprimentos e peças de outras marcas.

É correto o que se afirma em

- (A) III, apenas.
- (B) I e III, apenas.
- (C) I, II e III.
- (D) I e II, apenas.
- (E) II, apenas.

67. De acordo com a lei geral de licitações, analise as assertivas abaixo.

- I. Configura modalidade de licitação de tomada de preços aquele procedimento entre quaisquer interessados que, na fase inicial de habilitação preliminar, comprovem possuir requisitos mínimos de qualificação exigidos no edital para execução de seu objeto.
- II. Configura modalidade de licitação de concorrência, quando os interessados, devidamente cadastrados, devem atender a todas as condições exigidas para cadastramento até o 3º (terceiro) dia anterior à data do recebimento das propostas, observada a necessária qualificação.
- III. As obras e serviços, para efeitos da Lei nº 8.666/1993, poderão ser executados direta ou indiretamente.
- IV. É permitido aos agentes públicos, na prática do procedimento licitatório, estabelecer preferência em razão da naturalidade do licitante.

É correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) I e II, apenas.
- (C) III, apenas.
- (D) III e IV, apenas.
- (E) II e IV, apenas.

68. Sobre a lei geral de licitações, assinale a alternativa correta.

- (A) O recurso administrativo contra decisão que inabilitou o licitante terá necessariamente efeito suspensivo.
- (B) O recurso administrativo contra decisão que julgou as propostas em procedimento licitatório não terá efeito suspensivo.
- (C) É vedado à autoridade competente conceder efeito suspensivo aos recursos administrativos que não detenham essa característica por previsão legal.
- (D) Interposto, o recurso será comunicado aos demais licitantes, que poderão impugná-lo no prazo de 15 (quinze) dias úteis.
- (E) É possível que os prazos recursais se iniciem ou corram sem que os autos do processo estejam com vista franqueada ao interessado.

69. Em relação à lei geral de licitações, assinale a alternativa **incorreta**.

- (A) É dispensável a licitação para a celebração de contratos de prestação de serviços com as organizações sociais, qualificadas no âmbito das respectivas esferas de governo, para atividades contempladas no contrato de gestão.
- (B) É dispensável a licitação na contratação da coleta, processamento e comercialização de resíduos sólidos urbanos recicláveis ou reutilizáveis, em áreas com sistema de coleta seletiva de lixo, efetuados por associações ou cooperativas formadas exclusivamente por pessoas físicas de baixa renda, reconhecidas pelo poder público como catadores de materiais recicláveis, com o uso de equipamentos compatíveis com as normas técnicas, ambientais e de saúde pública.
- (C) É dispensável a licitação na contratação de fornecimento ou suprimento de energia elétrica e gás natural com concessionário, permissionário ou autorizado, segundo as normas da legislação específica.
- (D) Quando se tratar de licitação efetuada na modalidade carta convite, o prazo para interposição de recurso contra decisão que habilitou um licitante é de 5 (cinco) dias.
- (E) Cabe recurso administrativo da decisão que, em procedimento licitatório, anular licitação.

70. Assinale a alternativa que contenha o prazo correto para o licitante que deseja recorrer de decisão administrativa que rescinde o contrato unilateralmente por escrito, alegando não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações, projetos e prazo.

- (A) 10 dias.
- (B) 2 dias.
- (C) 15 dias.
- (D) 20 dias.
- (E) 5 dias.

PROVA DISCURSIVA

Charles assumiu o cargo de direção do setor de licitações no município de São Paulo. Para exercer o encargo com maior eficiência, criou setor específico de licitações para a modalidade pregão, uma vez que a demanda dessa espécie era maior na repartição. Frequentemente, o novo setor necessita de parecer jurídico no bojo dos procedimentos licitatórios instaurados.

Redija, na qualidade de Procurador Municipal, parecer detalhado acerca da responsabilidade existente para o parecerista e para os administradores públicos que cumprem parecer jurídico. Nesse particular, aborde a questão sob enfoque da doutrina, jurisprudência dos tribunais superiores e entendimento do Tribunal de Contas da União.

RASCUNHO